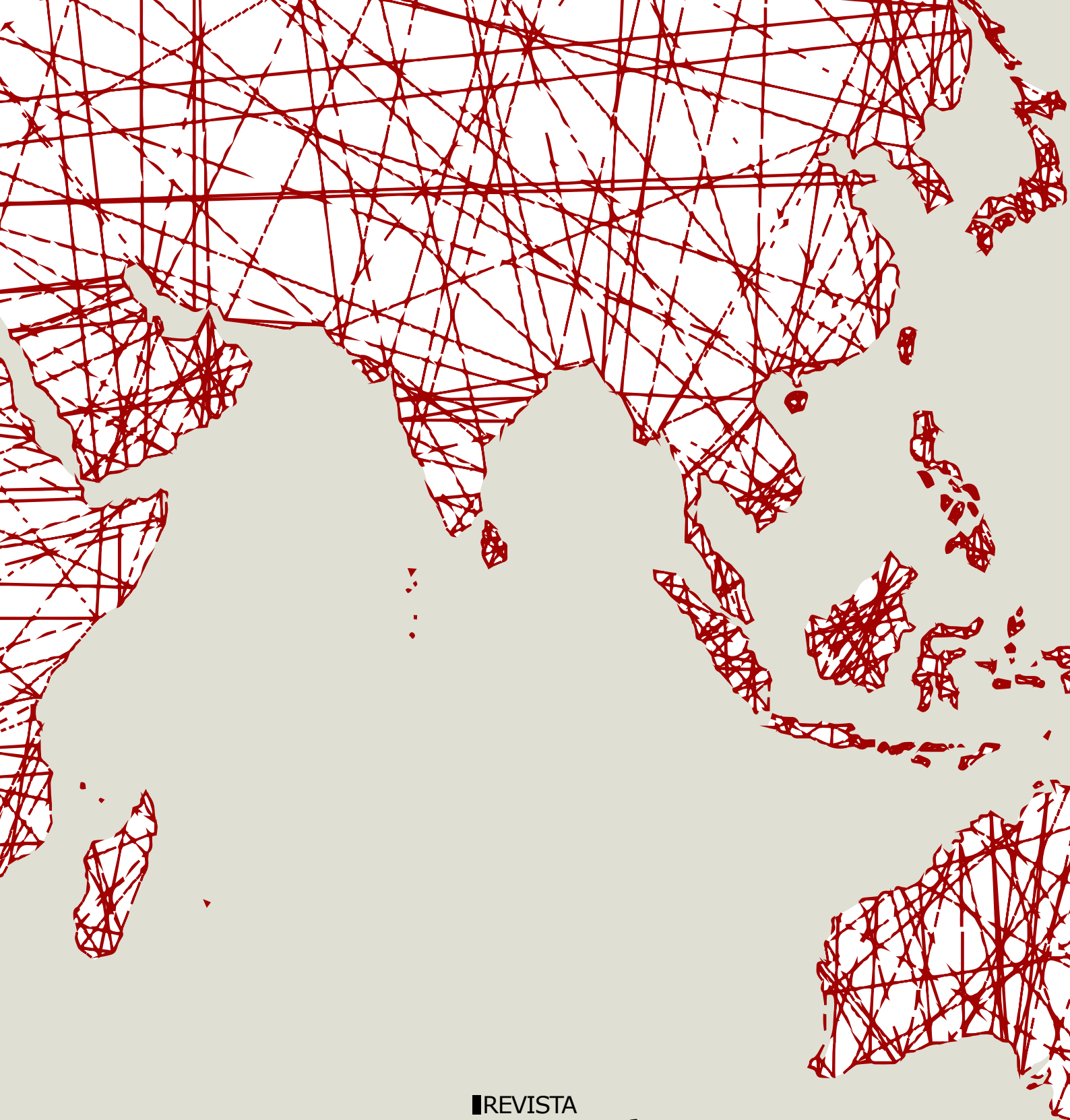




REVISTA

POLÍTICA HOJE

VOLUME 28
2019

Nº 2

■REVISTA
POLÍTICA HOJE

Equipe Editorial:**Professores Organizadores**

Leon Victor de Queiroz
Barbosa (UFPE)
Michelle Fernandez (UnB)

Editor Chefe

Ernani Carvalho (UFPE)

Editor de Metodologia

Dalson Figueiredo (UFPE)

Editora Executiva

Ulle Ráfaga Campos e Figueiredo (UFPE)

Capa e Diagramação

Laís Marques Arcelino de Macedo

Conselho Editorial:

UNB, Brasil André Borges

UFRGS, Brasil André Marengo

IPESPE, Brasil Antônio Lavareda

UFMG, Brasil Carlos Ranulfo

UFBA, Brasil Celina Souza

FGV, Brasil Cláudio Couto

IBGE, Brasil Eduardo Leoni

USP, Brasil Eduardo Marques

UTDT, Argentina Enrique Peruzzoti

UFPE, Brasil Flávio da Cunha Rezende

FGV, Brasil George Avelino

CIDE, México Julio Ríos Figueroa

UDES, Argentina Lucas Gonzalez

UNB, Brasil Lúcio Rennó

UDES, Argentina Marcelo Leiras

UFPE, Brasil Marcelo Medeiros

UFPE, Brasil Marcus André Melo

USP, Brasil Marta Arretche

USP, Brasil Matthew Taylor

UFPE, Brasil Mauro Soares

UERJ, Brasil Miriam Saraiva

UFRGS, Brasil Paulo Peres

USP, Brasil Rafael Duarte Villa

UEL, Brasil Raquel Kritsch

UFPE, Brasil Ricardo Borges Gama Neto

UFSCAR, Brasil Simone Diniz

UERJ, Brasil Thamy Pogrebinski

UNESP, Brasil Tullo Vigevani

USP, Brasil Wagner Pralon Mancuso

POLÍTICA HOJE – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 28, n.2, 2019.

13. Ciência Política-Periódicos

REVISTA

POLÍTICA HOJE

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – 14º andar. CEP: 50670-901

Tel/Fax: (81) 2126-8283 / 2126-8922 E-mail:

revistapolitica hoje@gmail.com

periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje

ISSN 0104-7094

Índice

Dossiê “Legislativo e Políticas Públicas”

Allan Gustavo Freire da Silva (UFGC) e Kelly Cristina Costa Soares (UFGC) - A Relação Executivo-Legislativo e o Impacto na Viabilização de Políticas Públicas nos Municípios do Cariri Paraibano

05

Ana Paula Massoneto (FGV/EAESP) e Ana Claudia Pedrosa de Oliveira (UFAM) - O Que Une Os Partidos nas Coalizões Paulistas: A Lógica de Formação do Governo no Estado de São Paulo

36

Valter Rodrigues de Carvalho (Universidade Cruzeiro do Sul), João Paulo S. L. Viana (UNIR) e Marcio Cunha Carlomagno (UFPI) - Presidencialismo de Coalizão em Tempos de Crise Institucional: Relação Executivo-Legislativo nos Governos Dilma (2015-2016) e Temer (2016-2018)

59

José Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo (PPHPBC/CPDOC/FGV-RJ) e Philippe Chaves Guedon (PPHPBC/CPDOC/FGV-RJ) - Financiando A Vereança: Antes e Depois da Proibição das Doações Empresariais nas Campanhas de 2012 e 2016 no Rio de Janeiro

79

Joyce Luz (USP) e Juliana Oliveira (USP) - Revisitando As Regras: A Cooperação Entre Executivo e Legislativo no Presidencialismo Brasileiro

99

Roberto Urbano Marinho (FESP-SP) e Humberto Dantas (FGV-SP) - Educação Política: da Produção dos Parlamentares Brasileiros no Congresso Nacional à Inconstitucionalidade de Seus Objetivos

118

Vitor Oliveira (Consultoria Pulso Público) e João Ricardo M. G. Costa Filho (FGV) – Qual o Tamanho Ótimo Para Uma Coalizão de Governo no Brasil?

145

ARTIGOS

Bruno Mendelski de Souza Correio (UNB) - A França e Sua Minoria Muçulmana: Revisitando o Conceito de Tirania da Maioria

164

Henrique dos Santos Rodrigues (UNIS-MG), Sheldon William Silva (UNIS-MG), Alef Rodrigo Pereira. (UNIS-MG), Felipe Flaúsinio de Oliveira (UNIS-MG) e Nilton dos Santos Portugal. (UNIS-MG) - Decorrências da Liberdade Econômica Como Impulsionadora do Empreendedorismo e da Competitividade

190

Sergio Simoni Junior (UFRGS) - Governo, Oposição, Líderes e Minoria: Poderes Institucionais no Brasil em Perspectiva Comparada

211

Camilly Pitombeira Regueira (UFPB), Elia Elisa Cia Alves (UFPB), Andrea Quirino Steiner (UFPE) - Implementação e *Compliance* na América do Sul: o Protocolo de Palermo Sobre Tráfico de Pessoas

233

METODOLOGIA

Denisson Silva (UFMG), Suzana Alves (UFMG), Thiago Silame (UNIFAL), Ranulfo Paranhos. (UFAL) - Teoria e Desenho de Pesquisa em Ciência Política

256

Flávio da Cunha Rezende (UFPE) - As Lógicas da Inferência Causal na Ciência Política: Argumento E Evidências

279

Apresentação

O Poder Legislativo é, por excelência, a casa popular com múltiplos assentos e busca comportar o maior número de segmentos sociais – quando tratamos de sociedades heterogêneas e que adotam o modelo consensual, nos moldes de Lijphart (2003). Entretanto, a organização federativa do Estado faz com que pelo menos duas casas legislativas emanem normas sobre um mesmo território, cabendo à Constituição Federal mediar essas competências. No caso do Brasil há três casas legislativas, muitas das vezes elaborando normas comuns e concorrentes sobre as mais diversas matérias como Saúde, Educação, Saneamento e Segurança Pública. Além disso, temos o Poder Judiciário cada vez mais atuante, exercendo pontos de veto, invalidando normas emanadas do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. Nesse sentido, o presente dossiê busca trazer ao debate artigos que analisassem as casas legislativas nas três esferas de poder e os diálogos estabelecidos por elas com os demais poderes.

Nesse dossiê apresentamos 7 artigos que debatem amplamente o Legislativo no Brasil. O artigo “A relação Executivo-Legislativo e o impacto na viabilização de políticas públicas municipais no Cariri Paraibano”, de Allan Gustavo Freire da Silva e Kelly Cristina Costa Soares, apresenta a discussão sobre o desempenho do Poder Legislativo municipal no Cariri Paraibano Ocidental durante o período 2009-2012, observando o desempenho da sua função fiscalizadora e controladora do Executivo na viabilização de Políticas Públicas. Já o artigo “O que une os partidos nas coalizões paulistas: a lógica de formação do governo no estado de São Paulo”, de Ana Paula Massonetto e Ana Cláudia Pedrosa, apresenta o processo de formação do governo no Estado de São Paulo, analisando a relação entre as lógicas de formação dos gabinetes do Executivo e de formação das maiorias legislativas na ALESP, evidenciando os mecanismos que asseguram o predomínio do Executivo paulista. Por sua vez, o artigo “Presidencialismo de coalizão em tempos de crise institucional: relação Executivo-Legislativo nos Governos Dilma (2015-2016) e Temer (2016-2018)”, de Valter Rodrigues de Carvalho, João Paulo Saraiva Leão Viana e Márcio Cunha Carlogmano, traz a discussão da importância da estratégia presidencial na formação e gerenciamento de coalizão. O artigo conclui que a incapacidade da liderança de Dilma Rousseff em gerenciar sua coalizão de governo se deve a uma conjuntura de crise econômica e fiscal, polarização ideológica, manifestação de ruas, fragmentação partidária e uma estratégia equivocada da presidente na condução da gestão da coalizão.

Seguindo a mesma linha de análise dos três artigos anteriores, o artigo “Financiando a vereança: antes e depois da proibição das doações empresariais nas campanhas de 2012 e 2016 no Rio de Janeiro”, de Philippe Guedon e José Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo, tem como objetivo analisar as declarações de gastos financeiros, assim como a arrecadação, das candidaturas à vereança da cidade do Rio de Janeiro, nas campanhas de 2012 e 2016. Os autores tratam de analisar as mudanças de peso no volume de recursos de campanha a partir de um ponto de inflexão: a proibição das doações empresariais por parte do Superior Tribunal Federal. Já o artigo “Revisitando as regras: a cooperação entre Executivo e Legislativo no presidencialismo brasileiro”, de Joyce Luz e Juliana Oliveira, analisam os regimentos internos do Legislativo, bem como as Constituições brasileiras entre o período de 1889 a 1988 para discutir a estrutura da relação entre o Executivo e o Legislativo. Por sua vez, o artigo “Educação política: da produção dos parlamentares brasileiros no Congresso Nacional à inconstitucionalidade de seus objetivos”, de Roberto Marinho e Humberto Dantas, tem como objetivo analisar, com base em pesquisas no Congresso Nacional e desde uma perspectiva histórica, o que o parlamento tem proposto sobre educação política. Por fim, o artigo “Qual o tamanho ótimo da coalizão de governo?”, de Vitor Oliveira e João Ricardo M. G. Costa Filho, propõe um estudo formal dos incentivos endógenos ao

processo legislativo para a determinação de parâmetros da Coalizão de Governo no Brasil, em especial, da tramitação e do processo de alteração de medidas provisórias.

Os artigos apresentados anteriormente demonstram as diversas possibilidades de análise do Legislativo Brasileiro. Nesse sentido, acreditamos que este dossiê contribui para demonstrar a riqueza do campo dos estudos legislativos, que ainda possui muitas perspectivas analíticas por explorar.

Boa Leitura!

Leon Victor Queiroz (UFPE)
Michelle Fernandez (UnB)

Referências Bibliográficas

LIJPHART, Arend. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Cultural, 2003.